

*Identidades sociais e crise do conhecimento histórico  
nos Estados Unidos, décadas de 1960-1970*

JOSÉ ANTONIO VASCONCELOS  
Universidade Tuiuti do Paraná

RESUMO

O presente artigo apresenta um panorama geral dos estudos acadêmicos sobre minorias sociais nos Estados Unidos, mais especificamente a História dos Negros e a História das Mulheres, e esboça algumas das implicações teóricas desses estudos. Estes colocam a pesquisa acadêmica na área de História diante de paradoxos, revelando as insuficiências dos modelos tradicionais de explicação histórica e comprometendo de modo irremediável as pretensões de objetividade e unidade dos estudos históricos.

Palavras-chave: Minorias Sociais, Negros, Mulheres, Historiografia.

ABSTRACT

This article presents a general view of the academic research on social minorities, more specifically the Negro History and Women's History, and outlines some of the theoretical implications of these studies. These implications compel the academic historical research to face paradoxes, revealing the insufficiency of the traditional models of historical explanation and irremediably compromising the claims of unity and objectivity of historical studies.

Palavras-chave: Social minorities, Negros, Women, Historiography.

## 1. A historiografia americana até a década de 1960

NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX podemos perceber, nos Estados Unidos, a tendência a fazer da História um estudo de caráter científico, em grande parte devido à influência que a escola rankeana exercia sobre um grande número de historiadores naquele período. Opondo-se ao paradigma romântico do século XIX, que enfatizava os grandes feitos dos grandes heróis, esses historiadores buscavam uma História “científica”, encaminhando a pesquisa historiográfica de acordo com procedimentos metodológicos rigorosos, e perseguindo um ideal de objetividade em seus resultados, de modo a resgatar o passado “tal como realmente aconteceu”. Para tanto, segundo se acreditava então, era necessário que a História se afastasse de duas áreas que ameaçavam desviá-la de seu caminho rumo a resultados objetivos e cientificamente comprovados. Uma delas era a Literatura, na qual a imaginação desempenharia um papel muito mais relevante que a observação e registro dos fatos. A outra era a Filosofia, que, fornecendo de antemão “leis gerais” para o curso da História, acabaria comprometendo a análise com opiniões pré-concebidas.

Em nome da cientificidade, muitos historiadores americanos do início do século acabavam desenvolvendo uma prosa árida, de pouco apelo ao público não especializado. Como justificativa para esse fato, dizia-se que a História ocupava uma posição intermediária entre a ciência e as artes: embora, em virtude de sua *forma*, ela tivesse um parentesco com a literatura, sua escrita encontrava-se condicionada à apresentação de um *conteúdo* genuinamente científico. Esse discurso, que situava a História a meio caminho, entre ciência e arte, é discutido por Hayden White, que o vê como uma “tática Fabiana” utilizada por historiadores contra críticas de intelectuais de outras áreas:

A tática funciona da seguinte maneira: quando criticados pelos cientistas sociais pela delicadeza de seu método, a precariedade de suas metáforas de organização ou pela ambigüidade de seus pressupostos sociológicos e psicológicos, o historiador responde que a História nunca reclamou o *status* de uma ciência pura, que ela depende de métodos tanto intuitivos quanto analíticos, e que os julgamentos históricos não podem, portanto, ser avaliados pelos padrões críticos aplicados propriamente somente nas disciplinas experimentais e matemáticas. Mas, quando repreendidos por artistas literários por seu fracasso em provar os substratos mais arcanos da consciência humana e por sua falta de interesse em utilizar modos contemporâneos de representação literária, o historiador cai de volta na visão de que a história é, afinal, uma *semi-ciência*, que os dados históricos não se prestam à “livre” manipulação artística, e que a forma de suas narrativas

não é uma questão de escolha, mas é requerida pela natureza dos próprios materiais históricos. (WHITE, 1985, p. 27)

White apresenta essa visão para argumentar que ela é insustentável em nossos dias, uma vez que teve como resultado o bloqueio de uma “consideração séria frente aos avanços significativos na literatura, na ciência social e na filosofia no século XX”. (Ibidem, p. 28) Mas não podemos deixar de admitir que as críticas de intelectuais de outras áreas, mesmo na primeira metade do século XX, não deixaram de surtir certo efeito. Muitos historiadores dessa época, acusados de estarem se fechando numa erudição pedante e de pouca relevância para as questões sociais contemporâneas, foram melhorando paulatinamente sua maneira de escrever, ao mesmo tempo em que buscavam orientar suas pesquisas em função das preocupações sociais de seu presente.

Desse modo, podemos perceber duas fases no desenvolvimento da historiografia científica norte-americana até o início da década de 1930. Num primeiro momento observamos a ascensão de uma abordagem conservadora, voltada principalmente para o estudo das instituições, e enfatizando sua *continuidade* ao longo do tempo. Herbert Levi Osgood e Charles M. Andrews, em cujas obras procuraram discernir a continuidade das instituições britânicas na experiência social e política americana, constituem exemplos típicos dessa vertente. “Vivendo na atmosfera do evolucionismo”, nos diz Gerson Moura, “esses historiadores buscaram uma explicação das instituições coloniais americanas na própria história européia, diferentemente dos ‘românticos’, que tinham acentuado a singularidade das colônias inglesas na América”. (MOURA, 1995, p.19) Num segundo momento, sem que ainda se esgote a tendência conservadora, vemos emergir uma história de caráter progressista, também chamada de “Nova História”, pelos seus contemporâneos. Nela observamos um maior comprometimento com os problemas sociais do presente, assim como uma maior abertura para o diálogo interdisciplinar, especialmente com a Sociologia. Como representantes da historiografia progressista desse período, podemos citar Frederick Jackson Turner, que, em sua obra *The frontier in American History*, salientava a importância da fronteira para reduzir a dependência americana em relação à Inglaterra, e Charles Beard, que, em *An economic interpretation of the Constitution*, apresentava as discussões da convenção constituinte como resultado do conflito de interesses entre credores e devedores naquela conjuntura específica. Os historiadores dessa segunda vertente, portanto, em oposição aos conservadores, enfatizavam a

heterogeneidade, a mudança e o conflito social. “O que agora se vê é um país em fluxo constante, repleto de conflitos, profundamente dividido, pouco ancorado em velhas tradições e construtor de sua própria identidade mediante o rompimento dos laços com o passado europeu”.(Ibidem, p.23)

A partir da década de 1930 a “nova história” norte-americana começou a enfraquecer-se, sofrendo uma série de críticas. De um lado, entre os próprios progressistas, historiadores como Carl Becker e Charles Beard questionavam a possibilidade de que, em suas análises, os historiadores pudessem obter resultados verdadeiramente objetivos, desvinculados de julgamentos de valor. Além disso, por causa de sua insistência na impessoalidade dos processos históricos, a historiografia progressista era acusada de negligenciar a ação dos indivíduos e, em consequência, reduzir a complexidade de seus objetos de estudo. Questionava-se ainda o tratamento pouco problematizante dado pelos progressistas à história intelectual, como se as idéias fossem mero reflexo das condições sociais e econômicas. De acordo com Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margareth Jacob:

Já na década de 1930 os historiadores americanos progressistas Carl Becker e Charles Beard soaram o chamado de clarim do relativismo histórico, insistindo que todo homem (palavras deles) escreveria sua própria História. Eles pareciam subentender que como todo homem tinha sua própria versão da História, a História funcionava como um mito cultural ao invés de um relato objetivo do passado (uma posição não distante daquela de Nietzsche). Eles argumentavam que o ideal de uma reconstrução definitiva e objetiva do passado era quimérica. Os fatos não se apresentavam diretamente ao historiador; o historiador pegava e escolhia entre eles, guiado por seus pressupostos ideológicos. Nas palavras de Beard, o historiador desempenhava um “ato de fé”, baseado numa “decisão subjetiva, não numa descoberta puramente objetiva”. Portanto, não muito tempo depois que os historiadores tinham estabelecido sua disciplina como um campo de estudos autônomo, emulando métodos científicos de pesquisa, a crença em seu *status* científico e sua capacidade para objetividade começou a declinar.(APPLEBY, HUNT, JACOB, 1995, pp.216-217)

Embora as críticas fossem pertinentes, o declínio da abordagem progressista eventualmente trouxe consigo grandes perdas para a historiografia norte-americana, que só seriam recuperadas a partir da década de 1960. Gerson Moura observa que o grande número de pesquisas de história local e a ênfase na análise de conflitos sociais foram características da “nova história” americana que paulatinamente foram sendo deixadas de lado. A historiografia progressista aos

poucos foi dando lugar a pesquisas de caráter mais abrangente, com ênfase em aspectos que ressaltassem o *consenso* a e *unidade nacional*.

Essa nova tendência foi grandemente estimulada pelo ambiente político americano durante as décadas de 1940 e 1950, com o estabelecimento de uma nova ordem internacional, na qual os Estados Unidos colocavam-se como nação hegemônica no conjunto dos países capitalistas, e via na União Soviética um adversário dotado de uma ideologia agressiva e pretensões expansionistas. Além da importância do reconhecimento de um *Outro*, diferente e ameaçador, como fator aglutinador de valores nacionais americanos, devemos levar em consideração, ainda, o *macarthismo*, que desencorajava pesquisas acadêmicas que enfatizassem conflitos internos. Lembremos, com Russell Jacoby, que o “macarthismo, evidentemente, se refere ao anticomunismo manipulado pelo senador Joseph McCarthy no início dos anos 50. Entretanto, como termo geral para designar hostilidade e perseguição sistemáticas, ele data de pelo menos 1940, quando um comitê da Assembléia Legislativa de Nova York [...] começou a investigar os subversivos nas escolas superiores.” (JACOBY, 1990, p. 138)

Dentre os mais importantes representantes do paradigma consensualista das décadas de 1940 e 1950, nos Estados Unidos, podemos citar Richard Hofstadter, Louis Hartz e Daniel Boorstin. Em geral, esses autores ressaltavam a igualdade de direitos entre os cidadãos americanos, herança do liberalismo burguês, e a ausência de uma tradição revolucionária nos Estados Unidos. Via-se a sociedade americana como um conjunto de pessoas divergentes em seus interesses particulares, mas convergentes quanto aos valores últimos da nação, herdados dos Pais Fundadores. O paradigma consensualista, porém, colocando o conflito de lado, como não-essencial, revelava-se inadequado na explicação de aspectos como a discriminação racial e religiosa nos Estados Unidos, relações de gênero, ou de conjunturas revolucionárias, como a Guerra de Independência ou a Guerra Civil americana. Seria de se esperar, portanto, que, na década de 1960, a historiografia norte-americana se orientasse de volta aos moldes da mudança e do conflito social. Além de qualquer expectativa, entretanto, foi o vigor da contestação social que estaria por vir, e suas conseqüências com relação aos rumos da pesquisa historiográfica nos Estados Unidos dali por diante.

## 2. A emergência de vozes dissonantes

A SOCIEDADE NORTE-AMERICANA NA DÉCADA DE 1960 representou, de forma inequívoca, um contra-exemplo do paradigma do consenso nas ciências

humanas, que havia sido predominante nas duas décadas anteriores. O ideal de uma sociedade igualitária e de conforto material, sob a forma de uma casa no subúrbio, carros, eletrodomésticos e *corn flakes* todos os dias para o café da manhã, definitivamente não havia sido alcançado por todos os cidadãos americanos. Isso se mostrava com cada vez mais evidência em virtude do surgimento de movimentos de reforma social, e freqüentes tumultos em protesto contra a discriminação racial e sexual, e em favor da liberdade de expressão.

Esses movimentos, naturalmente, nem sempre perseguiam exatamente os mesmos objetivos, ou utilizavam as mesmas estratégias. As manifestações nos estados do Sul, em defesa do direito de voto e contra a segregação racial em locais públicos, por exemplo, assumiam um caráter diferente das revoltas ocorridas nos estados do Norte, nos quais esses direitos já haviam sido conquistados, e onde, ainda assim, persistia a desigualdade social, na forma da oposição entre guetos negros e uma classe média branca suburbana nas grandes cidades. Do mesmo modo, o movimento liderado por Martin Luther King Jr., visando à integração entre brancos e negros através de manifestações pacíficas, contrastava de modo notável com a prática dos *Black Muslims*, liderados por Malcom X, que pregava o separatismo racial e defendia, em certos casos, o uso da violência. Também no interior do movimento feminista havia sérias divergências, como, por exemplo, quanto ao apoio – ou não – às reivindicações de *gays* e lésbicas. Contudo, apesar de sua heterogeneidade, esse complexo conjunto de movimentos sociais fazia-se uníssono em sua denúncia contra o mito do consenso e seu ataque à exclusão social promovida sob a égide do “grande sonho americano”.

A própria instituição universitária não se manteve imune à tendência de contestação que parecia tomar conta da cultura norte-americana nesse período. Em 1964, a Universidade de Berkeley foi palco de um confronto envolvendo a administração, os estudantes, as autoridades públicas e a polícia. Como resultado, o prédio da universidade foi tomado pelos estudantes e as aulas foram suspensas por vários dias. Segundo os líderes estudantis, tratava-se de uma luta contra as estruturas de poder, que, entre outras coisas, controlavam a burocracia universitária. Berkeley, contudo, não constituiu um caso isolado. Até o final da década ocorreram ainda outros levantes estudantis, como na Universidade de San Francisco, na Universidade de Columbia e na Universidade de Cornell. Os pretextos para a revolta eram diversos, desde a reivindicação para que se coibissem situações de racismo até a oposição à Guerra do Vietnã. John Patrick Diggins aponta ainda outros fatores: “A luta pelo controle da universidade abrangia nomeações de docentes, currículos, listas de leituras e a criação de novos programas de estudos de minorias”. (DIGGINS,

1992, p. 252) Ainda segundo Diggins, mesmo fora dos *campi*, a presença estudantil fazia-se sentir por meio de organizações como *Students for a Democratic Society* (SDS), *Free Speech Movement* (FSM), *Young Socialist Alliance* (YSA), e *Student Non-Violent Coordinating Committee* (SNCC), entre inúmeras outras. Quando eclodiram tumultos envolvendo a polícia e manifestantes, por ocasião da convenção do Partido Democrata, em Chicago, em 1968, por exemplo, foi bastante significativa a participação estudantil.

Não devemos pensar com isso que os alunos universitários na época fossem quase todos ativistas políticos de esquerda, unidos em torno de um ideal comum. Pelo contrário, a Nova Esquerda nos anos 1960 constituía uma fração da população universitária norte-americana, além de encontrar-se dispersa em diferentes orientações: marxistas, nacionalistas negros, anarquistas, pacifistas etc. Mesmo assim, era uma voz que se fazia ouvir com bastante intensidade e que soube despertar a atenção do público em geral. A situação dos docentes universitários, em vários aspectos, era semelhante à dos estudantes. Os professores de orientação radical ainda estavam muito longe de constituir um segmento majoritário na profissão. E mesmo entre eles, o apoio às revoltas estudantis não era unânime. Tal como ocorria entre os estudantes, os docentes radicais também se encontravam dispersos em um amplo espectro ideológico. Mas, apesar de terem sido numericamente pouco representativos, os intelectuais de esquerda exerceram uma influência considerável no cenário acadêmico norte-americano durante os anos de 1960. De acordo com Peter Novick:

A presença da Esquerda na profissão histórica a partir dos anos 60 foi substancial comparada a períodos anteriores, mas freqüentemente se exagera quanto a sua força. Em nenhuma especialidade histórica importante a Esquerda era maioria; em nenhum departamento de história de destaque eles eram mais que uma pequena minoria. As fileiras da Esquerda historiográfica estavam depauperadas pelo abandono da profissão por parte daqueles que tinham se associado à facção de Lynd de historiadores radicais. Alguns, como o próprio Lynd, que mais tarde tornou-se advogado, encontraram outros empregos. [...]

O que os historiadores de esquerda alcançaram foi uma certa legitimidade. [...] Quando a pesquisa acadêmica histórica de esquerda começou a despontar, em meados dos anos 1960, ela freqüentemente recebia uma tolerância um tanto rancorosa [...]. Mas ao longo das décadas seguintes, os membros da Esquerda tornaram-se um grupo reconhecido, não muito diferente de outros grupos, baseados em região ou especialidade histórica, e, como tal, plenamente merecedor de representação em comitês profissionais, em programas de encontros profissionais e em periódicos profissionais. (NOVICK, 1988, p. 458-459)

Intelectuais de Esquerda, portanto, podiam ser encontrados em praticamente todos os campos de especialização da História, ainda que não constituíssem maioria em nenhum deles. Redefinindo o conceito de classe social, denunciando diversos mitos relativos ao caráter americano e fazendo emergir vozes outrora silenciadas, esses intelectuais trouxeram contribuições originais para as discussões sobre a História dos Estados Unidos. De certo modo, contudo, a historiografia radical que emergiu nos anos de 1960 ainda estava presa a uma concepção tradicional de conhecimento histórico, pois a objetividade do estudo historiográfico e a imparcialidade do pesquisador permaneciam como pressupostos não totalmente abertos ao questionamento.

### 3. Minorias sociais e objetividade histórica

PETER NOVICK NOS DIZ EM *THAT NOBLE DREAM*, que “os historiadores americanos, quando comparados a historiadores de outras nacionalidades, têm sido sempre especialmente ligados a normas universalistas, e orgulhosos de que essas normas tenham se fortalecido enquanto a profissão se desenvolvia [...]”. (NOVIK, 1988, p. 469). Implícitas, nesse ideal de universalidade, repousavam as pretensões de objetividade e imparcialidade no estudo da História. Ainda de acordo com Novick, mesmo o marxismo, que, com sua ênfase no conflito, havia contribuído para a superação de muitas das insuficiências da abordagem consensualista, que vigorara hegemonicamente na historiografia americana nas décadas de 1940 e 1950, não havia se desvinculado completamente de uma concepção tradicional de objetividade e erudição histórica:

Em seu uso inovador do legado marxista, e no seu rompimento com alguns dos aspectos mais desacreditados desse legado, os jovens historiadores de esquerda eram certamente “novos”. Mas havia muito pouco de novo ou não ortodoxo acerca da postura epistemológica dos historiadores radicais; ela era, como o marxismo tradicionalmente tem sido, predominantemente objetivista. (Ibidem, p. 422)

De qualquer modo, Novick observa que, mesmo estando em desacordo com seus pressupostos epistemológicos, a escrita historiográfica de muitos ativistas de esquerda teve como efeito uma suspeita crescente de que a História não poderia ser escrita senão a partir de um ponto de vista parcial e subjetivo:

Mas sem pretendê-lo, os novos historiadores radicais, pelo próprio fato de sua súbita emergência, desafiando suposições fundamentais da corrente principal de historiografia existente em uma variedade de frentes de batalha, inevitavelmente levantaram a questão da objetividade histórica. Se a moldura prévia para a interpretação da História americana era objetivamente verdadeira, a perspectiva dos radicais não poderia ser; ou, mais ameaçadoramente, vice-versa. [...] Acima de tudo, diferentemente da maioria dos membros da geração anterior de historiadores, eles fracassaram em manter a “neutralidade política” que era tão importante para a pesquisa acadêmica. (Ibidem, p. 424)

A emergência dos movimentos de direitos civis, e seu impacto sobre a historiografia norte-americana, fortaleceram ainda mais esta tendência de questionamento da objetividade histórica já iniciada pela historiografia da Nova Esquerda. A unidade de interpretações, assim, passava a ser vista como uma ilusão e o ideal de objetividade não mais que um mito. As minorias que se insurgiam contra as estruturas de poder, reivindicavam, entre outras coisas, uma reconstrução do passado americano, do qual elas haviam sido previamente excluídas, e os conceitos de objetividade e imparcialidade foram denunciados como parte da estratégia de uma ideologia *wasp*. Tratava-se de resgatar a História dessas minorias a partir do ponto de vista de seus próprios membros no presente. A subjetividade, nessa perspectiva, passava então a ser vista não mais como obstáculo para um conhecimento verdadeiro de uma sociedade passada, mas, pelo contrário, como condição *sine qua non* para o desvelamento das relações de poder nela existentes.

Devemos reconhecer que nem todas as minorias sociais se ajustam a esse quadro. “A entrada de um grande número de judeus nas posições mais altas da profissão nos anos 1950 e 1960”, observa Novick, “era amplamente visto como a realização de normas universalistas”. E isso porque eles estavam “comprometidos com uma sensibilidade que não era só integracionista, mas geralmente assimilacionista também” (Ibidem, p. 470). Russel Jacoby faz observações semelhantes ao afirmar que as “circunstâncias e a vida do judeu e do imigrante explicam muito uma vulnerabilidade ao êxito convencional, ao dinheiro e ao reconhecimento”. E acrescenta: “que os intelectuais judeus completassem a universidade ou assegurassem postos acadêmicos era especialmente agradável: em comparação com os cristãos, isso quase sempre era mais bem visto em suas famílias” (Jacoby, 1990, pp. 101-102). Mas, se é certo que os judeus nos Estados Unidos estavam dispostos a exibir uma sensibilidade assimilacionista, o mesmo não é verdade para outras minorias sociais, especialmente os *negros* e as *mulheres*.

#### 4. A historiografia americana e ativismo negro

A EVOLUÇÃO DA HISTORIOGRAFIA SOBRE OS NEGROS americanos revela uma imbricação profunda com os movimentos sociais que tiveram lugar nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970. A grande maioria dos ativistas negros no início dos anos 60, em parte estimulada pelo aparente comprometimento do Partido Democrata com o movimento de direitos civis, durante as administrações de John F. Kennedy e Lyndon Johnson, militava em prol do anti-segregacionismo e da integração de brancos e negros na sociedade americana, através de demonstrações pacíficas de desobediência civil. O espírito do ativismo negro naquele momento foi expresso de maneira particularmente clara no discurso *I have a dream*, de 1963, proferido por Martin Luther King Jr. durante uma manifestação em Washington. Ali ele afirmava que seu ideal de integração social era “um sonho profundamente enraizado no Sonho Americano” (in: BREILID et alii, 1996, p. 87). Em outras palavras, não se tratava de mudar radicalmente a sociedade americana, mas apenas abrir um espaço para que nela os negros pudessem efetivamente exercer sua cidadania. Além do *Southern Christian Leadership Conference* (SCLC), liderado por Martin Luther King Jr., outros movimentos, como o *Congress of Racial Equality* (CORE) e o *Student Non-Violent Coordinating Committee* (SNCC), apresentavam propostas de ação semelhantes.

Em meados da década de 1960, o ativismo negro começava a dar claros sinais de mudança em relação a suas estratégias e objetivos. Desapontados com os poucos resultados obtidos com as táticas de protesto não-violento, e decepcionados com a lentidão nas mudanças sociais no governo de Johnson, que receava atrair a antipatia de brancos do Sul, muitos militantes negros abriram-se à possibilidade do uso de violência para a obtenção de seus objetivos. Além disso, eles passaram a ver como inviável, e mesmo indesejável, uma integração negra à sociedade que os brancos haviam criado. Esses militantes propunham então que, para se tornarem verdadeiramente livres da opressão branca, os negros deveriam criar suas próprias instituições e cultivar seus próprios valores culturais. Expressões como *Black Power* e *Black Nationalism* começavam a ser cada vez mais usadas. Associações, como SNCC e CORE, que previamente haviam se colocado a favor da integração racial, agora expulsavam os membros brancos de suas fileiras, argumentando que a principal preocupação dos negros deveria ser com a conquista do poder, e não com a simpatia dos brancos. Paralelamente, eclodiam tumultos em diversas das principais cidades americanas, acompanhando a emergência de grupos armados, como era o caso dos *Black Panthers*, liderados por Bobby Sealy e Huey Newton.

O percurso da historiografia sobre os negros americanos é análogo, em muitos aspectos, à trajetória dos movimentos contra o racismo nos Estados Unidos. Até o início dos anos 60, jovens historiadores negros viam o grande modelo a ser seguido na figura de John Hope Franklin, com sua pesquisa sobre escravidão. Perseguindo altos padrões de objetividade e imparcialidade na apresentação dos resultados de suas pesquisas, ele angariou admiração e respeito no meio acadêmico após a publicação de seu estudo *From slavery to freedom*, em 1947, no qual discutia a sociedade do Sul dos Estados Unidos na época da escravidão. O reconhecimento de seu trabalho ficou ainda mais evidente quando Franklin foi admitido como professor efetivo do Brooklin College, tornando-se, assim, o primeiro historiador negro a assumir uma posição regular de docência numa instituição de brancos, em 1956. Franklin acreditava que a cor da pele do pesquisador não era garantia de privilégio epistemológico, e que a criação de uma área de estudos voltada exclusivamente para historiadores negros só contribuiria para sua marginalização dentro da profissão histórica. No dizer de Novick, “Franklin sempre esteve profundamente comprometido com as normas universalistas e objetivistas da profissão, com a fé na América e com o otimismo em alcançar a justiça racial por meio da integração” (NOVICK, 1988, p. 472). Contudo, com o crescimento de uma nova “consciência negra”, de tendência separatista, os intelectuais negros que seguiam a orientação de Franklin passaram a ser vistos com desprezo por ativistas negros, como Vincent Harding, Sterling Stuckey e Julius Lester, entre outros.

Para a grande maioria desses ativistas, muitos deles alunos e professores de História, determinados *insights* estariam além do alcance de pesquisadores brancos, porque estes seriam incapazes de “pensar como negros”. A tendência separatista no estudo da História dos negros americanos já era dominante em meados da década de 1960, mas ganhou novo impulso a partir da reação negra à publicação, em 1967, de um romance histórico intitulado *Confessions of Nat Turner*. Nesse livro, seu autor, William Styron, representava o líder da maior revolta de escravos na História dos Estados Unidos de um modo desagradável aos ativistas negros de modo geral. Eles questionavam o fato de que intelectuais brancos se achassem no direito de se apropriarem e, pior, *distorcerem* o passado dos negros. O final da década de 1960 e os primeiros anos da década de 1970 foram marcados por inúmeros – e por vezes rancorosos – debates a esse respeito.

Um acontecimento que reflete bem esse estado de crise foi o levante estudantil ocorrido na Universidade de Cornell, em 1968, no qual estudantes negros armados tomaram um dos prédios, exigindo a demissão de professores

racistas e a inclusão no currículo de disciplinas sobre história e cultura afro-americana. O historiador branco Eugene Genovese descreveu a situação em que vivia como um período no qual “qualquer branco trabalhando sobre a História dos Negros tinha de agüentar um monte de insultos”. E acrescentou:

Todos sentíamos isso, mas minha atitude era a de que eu não deixaria que me insultassem. Depois de algum tempo isso já não me acontecia tanto porque eu rapidamente criei uma reputação de ser bastante selvagem. Quando algum desses garotos se levantava e perguntava quem era eu para escrever acerca de pessoas negras eu o olhava diretamente nos olhos e dizia “Você é um idiota”, e prosseguia a partir daí. Isso não me agradava, mas a questão era que eu não sabia como lidar com aquilo. Ou você faz isso ou você recua. (GENOVESE, apud NOVICK, 1988, p. 478)

Com o declínio dos movimentos de nacionalismo negro, no final dos anos de 1970, as tensões no ambiente acadêmico foram progressivamente se atenuando. Contudo, as questões epistemológicas suscitadas nessa época continuam a incomodar a profissão histórica nos Estados Unidos até os dias de hoje. Estudos de História que, de alguma forma, questionem a moral ou a criatividade de personagens negros do passado são geralmente recebidos com desconfiança por intelectuais negros, ao passo em que as obras que glorifiquem esses aspectos tendem a ser mais aceitas por esses mesmos intelectuais. Porém, condenar *a priori* esse tipo de atitude como particularista não tem se mostrado a solução mais adequada, pois é justamente a adoção de um ponto de vista parcial e subjetivo que tem instigado muitos desses autores a realizarem uma melhor avaliação de obras cripto-racistas. Trata-se, portanto, de uma questão que ainda está longe de ser resolvida, se é que o será algum dia.

##### 5. A historiografia americana e o movimento feminista

TAL COMO VERIFICAMOS COM RELAÇÃO À HISTÓRIA DOS NEGROS, a evolução da História das Mulheres também sempre esteve intimamente associada a movimentos pela emancipação de minorias sociais. O feminismo americano, que já possuía raízes em períodos anteriores, ganhou um novo ímpeto nos anos de 1960, “estimulado em parte pelo movimento dos Direitos Cívicos e pelas políticas do governo destinadas a garantir um potencial de trabalho feminino, prevendo-se uma expansão econômica por toda a sociedade, incluindo as profissões e a academia” (SCOTT, 1992, p. 44). Outro fator, freqüentemente citado, para o despertar de uma “consciência feminista” neste período foi a publicação do livro

*Mística Feminina*, de Betty Friedan, em 1963, no qual a autora denunciava as sutis estratégias de dominação da mulher que atuavam na sociedade norte-americana. Segundo Friedan, publicitários de TV, escritores de revistas, especialistas em beleza e psiquiatras, em conjunto, conspiravam para criar a imagem da mulher ideal, plenamente satisfeita com o mundo do lar, marido e filhos, e quem não se conformasse a esse estereótipo seria considerada neurótica.

Por causa do reconhecimento e do descontentamento em relação à desigualdade de condições e oportunidades entre homens e mulheres, a principal aspiração das ativistas feministas, a princípio, consistia na conquista da igualdade de direitos. Discriminação no mercado de trabalho, escassez de oportunidades profissionais, remuneração desigual para trabalhos equivalentes com base na diferença sexual, falta de creches, proibição legal do aborto etc., eram questões que ocupavam o topo da lista de prioridades do movimento feminista. As associações de esquerda já constituídas, como a SDS e a SNCC, contudo, não abriram espaço suficiente para as reivindicações das feministas, levando-as, assim, em 1966, a formar a *National Organization for Women* (NOW), que lutava principalmente por reformas legislativas que favorecessem as mulheres. Exceto pela não ratificação de uma importante emenda à Constituição americana, prevendo a proibição da discriminação de qualquer espécie com base no sexo da pessoa – a *Equal Rights Amendment* (ERA) –, podemos dizer que os triunfos feministas no âmbito legal foram bastante significativos.

Dentre as conquistas do movimento feminista, podemos destacar o crescimento do número de mulheres nas universidades, muitas das quais se lançavam em cursos de pós-graduação, ocupando posteriormente cargos de docência. Para as feministas, porém, esse avanço no número de mulheres obtendo títulos de doutorado e atuando no magistério superior não significava necessariamente o fim da discriminação sexual nas universidades. Segundo Joan Scott:

No espaço aberto pelo recrutamento de mulheres, o feminismo logo apareceu para reivindicar mais recursos para as mulheres e para denunciar a persistência da desigualdade. As feministas na academia declaravam que os preconceitos contra as mulheres não haviam desaparecido, ainda que elas tivessem credenciais acadêmicas ou profissionais, e se organizaram para exigir uma totalidade de direitos, aos quais suas qualificações presumivelmente lhes davam direito. Nas associações das disciplinas acadêmicas, as mulheres formavam grupos para pressionar suas exigências. (Essas incluíam maior representação nas associações e nas reuniões acadêmicas, atenção às diferenças salariais entre homens e mulheres e um fim à discriminação nas contratações, nos processos de efetivação e nas promoções). (SCOTT, 1992, pp. 45-46)

A princípio, o principal objetivo das intelectuais feministas que se instalaram nas universidades era a denúncia das estruturas sociais que contribuíam para a manutenção da dominação masculina na sociedade e na cultura, e para a conseqüente submissão da mulher. No caso específico da História, buscava-se mostrar como as mulheres do passado foram vítimas da opressão masculina, estabelecendo assim relações entre a condição feminina no passado e no presente. Segundo Diggins, contudo, essa abordagem continha uma contradição latente. Enfatizando a “vitimização” e a submissão da mulher, as intelectuais feministas estariam implicitamente negando às mulheres o papel de *agentes* de sua própria História, produzindo assim uma historiografia não tão distante dos moldes tradicionais quanto se pensava. Em face disso, as pesquisas acadêmicas acerca da mulher começaram a dar destaque às características próprias da condição feminina. Em vez de tratá-las como vítimas passivas, as intelectuais feministas passavam então a enfatizar as estratégias de resistência das mulheres e a construção de um universo cultural feminino autônomo. Essa escolha entre uma ou outra abordagem não se dava sem uma série de complicações teóricas, especialmente se a análise fosse feita a partir de uma perspectiva marxista, como nota Diggins:

Se havia uma coisa que as feministas queriam negar a respeito das mulheres no passado, era a passividade. [...] algumas intelectuais feministas queriam ver as mulheres no passado, até mesmo camponesas do século XVI, como elas viam a si mesmas – plenamente conscientes e ativamente tomando o controle de suas vidas. Professoras universitárias e pesquisadoras pareciam incapazes de decidir se seus sujeitos históricos eram primeiramente vítimas passivas ou agentes ativas. Se passivas, a alegação feminista de irmandade de consciência [entre as mulheres do passado e do presente] seria colocada em dúvida; se ativas, a inocência feminina seria posta em questão. Como as mulheres poderiam ser descritas como conscientemente moldando suas próprias vidas sem que fossem, de alguma forma, responsáveis por seu *status* de subordinação? (DIGGINS, 1992, pp. 303-304)

Esse dilema encontrou sua expressão mais dramática no caso *Equal Employment Opportunity Commission (EEOC) v. Sears, Roebuck & Co.*, em meados dos anos de 1980. De acordo com uma pesquisa realizada pela EEOC, observou-se uma proporção muito pequena de mulheres atuando na área de vendas comissionadas, na rede Sears de lojas de departamento, o que indicaria um acentuado grau de discriminação sexual na contratação para esses cargos. Em sua defesa, a Sears convocou o testemunho de uma historiadora, Rosalind Rosenberg, segundo a qual homens e mulheres ao longo da História têm demonstrado possuir

valores, preferências e qualificações diferentes. O baixo índice de mulheres ocupando cargos de vendas comissionadas, portanto, refletiria não necessariamente uma política de discriminação por parte da companhia, mas sim a falta de interesse das mulheres em geral por esse tipo de atividade. Alice Kessler-Harris, historiadora e consultora indicada pela EEOC para rebater os argumentos de Rosenberg, pouco mais pôde fazer que demonstrar que, *em situações especiais*, as mulheres no passado mostraram interesse por atividades consideradas tipicamente masculinas. A previsível vitória da Sears no tribunal gerou uma onda de protestos no meio feminista, e a condenação, às vezes implícita e às vezes aberta, da atitude de Rosenberg. Quando a História das Mulheres foi levada aos tribunais, ela agiu no sentido contrário aos interesses do movimento feminista.

De qualquer modo, as mulheres têm sido uma presença marcante na academia nas últimas décadas. Devemos ter em mente, contudo, que “mulheres historiadoras” não significa e nem significava o mesmo que “historiadoras feministas”. As teses de doutorado defendidas por mulheres constituíam um conjunto heterogêneo, e muitas delas nem chegavam a tocar na questão da condição feminina. Esta, por outro lado, por vezes constituía objeto de pesquisa de historiadores homens. É inegável, porém, que a História Social, pelo próprio tipo de pesquisa que suscitava, e talvez por ser a subdisciplina da História que mais se expandiu nos anos de 1960 e 1970, revelou-se um campo particularmente propício para a historiografia feminista. Com a evolução do feminismo, que certamente não desapareceu, mas que sofreu mudanças nos termos de sua organização, e com a evolução da própria disciplina histórica, ocorreram diversas readequações teóricas nos estudos feministas realizados nas universidades. A própria expressão “estudos feministas” cedeu lugar a “estudos sobre as mulheres”, e posteriormente ainda “estudos de gênero”. O conceito de “gênero”, proveniente da teoria literária, por seu caráter mais abrangente, tem se revelado mais adequado para a pesquisa em Ciências Humanas, uma vez que leva em consideração também a condição masculina, além de poder abrir-se ainda a trabalhos sobre *gays* e lésbicas. De acordo com Joan Scott:

“Gênero” foi o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Nos Estados Unidos, o termo é extraído tanto da gramática, com suas implicações sobre convenções ou regras (feitas pelo homem) do uso da lingüística, quanto dos estudos de sociologia dos papéis sociais designados às mulheres e aos homens. Embora os usos sociológicos de “gênero” possam incorporar tônicas funcionalistas ou essencialistas, as feministas escolheram enfatizar as conotações sociais de gênero em contraste com as conotações físicas de sexo. Também enfatizaram o

aspecto relacional do gênero: não se pode conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, nem homens, exceto quando eles forem diferenciados das mulheres. Além disso, uma vez que o gênero foi definido como relativo aos contextos social e cultural, foi possível pensar em termos de diferentes sistemas de gêneros e nas relações daqueles com outras categorias como raça, classe ou etnia, assim como levar em conta a mudança (SCOTT, 1992, p. 56).

## 6. Com vistas a um balanço

SE AVALIARMOS COMPARATIVAMENTE, a História dos Negros e a História das Mulheres apresentam uma série de semelhanças entre si. Ambas cresceram, como campos de estudo acadêmico, articulando-se com movimentos sociais de caráter mais amplo. Em ambas podemos observar uma mudança de ênfase, de integração a separatismo, e no modo como são vistos os sujeitos históricos, de vítimas a agentes de transformação social. Além disso, em ambos os casos, partilhava-se da convicção de que o ponto de vista das minorias sociais seria fundamental para uma apropriada reconstrução do passado. Na opinião de muitos ativistas sociais, somente negros podiam escrever sobre o passado dos negros, assim como somente as mulheres podiam escrever sobre mulheres. Entretanto, Novick aponta uma diferença bastante significativa entre os dois campos. Segundo a interpretação desse autor, o ideal de imparcialidade no estudo da história, por exemplo, colocava-se de um modo para historiadores negros, que podiam estudar uma sociedade escravista sem serem escravos, e de outro para as feministas, que, estudando famílias patriarcais no passado, não raro pertenciam a uma no presente. Ademais, ao propugnarem sua separação da sociedade branca, os ativistas negros visavam a uma meta não de todo impossível de ser atingida, e até mesmo bem-vinda por parte de um grande número de brancos. A questão do separatismo, no caso das mulheres, no entanto, assumia contornos mais delicados, pois seu repúdio aos homens poderia significar o apoio ao lesbianismo. E, apesar de muitas controvérsias a esse respeito, em muitos casos, as lésbicas eram admiradas como representantes de um feminismo genuíno e radical. (NOVICK, 1988, pp. 501-502)

De modo geral, os historiadores comprometidos com o resgate do passado de minorias sociais, como mulheres e negros, buscavam uma teoria que explicasse a opressão sofrida pelos socialmente excluídos, sem necessariamente caracterizá-los como seres passivos, e de explicar o modo como eles construíam seu próprio mundo, sem com isso atribuir-lhes a responsabilidade por seu

estado de subordinação. Em outras palavras, tratava-se de pensar conjuntamente a identidade e a diferença, sem que um dos termos se reduzisse ao outro. Nesse paradoxo é que reside o cerne da crítica à objetividade histórica inspirada nos movimentos de direitos civis nos Estados Unidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLEBY, Joyce; JACOB, Margareth; HUNT, Lynn. *Talking the truth about history*. New York : W. W. Norton, 1994.
- BREILID, Andreset et alii (ed.). *American culture: an anthology of civilization texts*. London: Routledge, 1996.
- DIGGINS, John Patrick. *The rise and fall of the American Left*. New York : W. W. Norton and Company, 1992.
- FRANKLIN, John Hope. *From slavery to freedom: a history of negro americans*. New York : Alfred A. Knopf, 1974.
- FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis : Vozes, 1971.
- JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais*. São Paulo : Trajetória Cultural : Universidade de São Paulo, 1990.
- MOURA, Gerson. *História de uma História*. São Paulo : Edusp, 1995.
- NORTON, Mary Beth et alii. *A people and a nation: a History of the United States*. Vol II: since 1865. Boston : Houghton Mills, 1985.
- NOVICK, Peter. *That noble dream: the "objectivity question" and the American historical profession*. Cambridge : Cambridge University Press, 1988.
- RAGO, Margareth; GIMENEZ, Renato Aloizio de Oliveira. *Narrar o passado, repensar a História*. Campinas : IFCH, Unicamp, 2000.
- SCOTT, Joan. "Women's history". in: BURKE, Peter (ed.). *New perspectives in historical writing*. 4. ed. Pennsylvania : Pennsylvania University Press, 1995.
- WHITE, Hayden. *Tropics of discourse: essays in cultural criticism*. Baltimore : Johns Hopkins University Press, 1985.